

DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS UTILIZANDO *PROBIT*

Aline Fernanda da Cruz¹
Fernanda Mendes Bezerra Baço²
Douglas Paz³

Área de conhecimento: Ciências Econômicas
Eixo Temático: Métodos Quantitativos em Economia

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro para os anos de 1999 e 2009 com base em suas principais variáveis determinantes (nível de escolaridade, nível de renda, posição na família, presença de esposo e de filhos, raça ou cor). Para melhor avaliar essa questão será, realizada uma revisão de literatura, destacando os principais determinantes da participação da mulher na força de trabalho, bem como alguns fatos que evidenciam uma crescente evolução da mesma no mercado de trabalho. O presente trabalho fará uso do modelo *probit* para mostrar o impacto de cada uma destas variáveis na probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho. Os resultados indicam que alguns fatores influenciam positivamente e outros negativamente a participação das mulheres no mercado de trabalho. Fatores como educação e presença de filhos tem efeitos significativos sobre a oferta de trabalho feminina; os resultados mostram que quanto maior a escolaridade da mesma, e menor o número de filhos, maior será a probabilidade de participação feminina no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Brasil. Discriminação. Mão de obra feminina. Mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais, culturais e econômicas ocorridas ao longo dos anos em diferentes países contribuíram para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Segundo Scorzafave (2001) essa participação é influenciada pelas condições da economia e pela própria possibilidade da mulher em decidir se vai entrar ou não nesse mercado.

Mercado de trabalho pode ser definido como um local em que ocorrem transformações que afetam os indivíduos de forma econômica, social e cultural. A valorização da mão-de-obra determina a inclusão em menor ou maior escala de força de trabalho, permitindo que todos os indivíduos utilizem seus conhecimentos, sua qualificação profissional, sua experiência ou de esforço físico para adquirir um trabalho que lhe garanta melhores condições de vida para si e para sua família.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela UNIOESTE; e mail: allynefernanda_@hotmail.com
² Doutora em Economia Aplicada pela UFPE; e-mail: ferpompeia@gmail.com
³ Mestre em Economia Regional pela UEL; e-mail: douglaspazdp@hotmail.com



Apesar de as mulheres cada vez mais terem assumido papéis importantes no mercado de trabalho, aumentando sua participação em todos os setores da economia, ainda é possível notar a existência de diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil. Nesse contexto, Baptista (2002) observa que essa diferença salarial no mercado de trabalho se verifica pelo fato da inserção da força de trabalho feminina, ser diferenciada da masculina.

Costa (2007) ainda destaca que apesar dessas desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro, tem se verificado cada vez mais uma redução nesse diferencial, que pode ser justificado por alguns fatores, tais como, a eliminação das barreiras culturais e econômicas, garantindo as mulheres um maior acesso ao mercado de trabalho, e beneficiando toda a sociedade.

Tendo em vista, a crescente participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, e sua importância para a economia e sociedade como um todo, mostra-se relevante o estudo dos determinantes da TPFT (Taxa de Participação da Força de Trabalho) feminina. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro para os anos de 1999 e 2009 com base em suas principais variáveis determinantes sugeridas pela teoria.

Além de avaliar os determinantes da inserção feminina no mercado de trabalho e verificar o seu impacto sobre a decisão feminina, este estudo tem mais três objetivos: comparar e analisar a taxa de participação da força de trabalho feminina nas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste) para os anos de 1999 e 2009; analisar a TPFT por grupos selecionados; e estimar os fatores determinantes da inserção feminina no mercado de trabalho utilizando o Modelo Econométrico *Probit*.

Este estudo está organizado e dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte é exposto o referencial teórico, no qual constam fatos históricos sobre a participação feminina no mercado de trabalho, bem como os determinantes desta participação e trabalhos empíricos na área. Na terceira parte apresenta-se a metodologia a ser utilizada para a realização da pesquisa, definindo o período de tempo a ser analisado e as fontes de obtenção dos dados. Em seguida, na quarta parte, serão discutidos os resultados da pesquisa. E por fim, na quinta parte, as principais conclusões do trabalho.



1 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde as sociedades mais antigas as mulheres eram vistas como inferiores aos homens. Já se podia observar uma divisão sexual do trabalho entre os homens e mulheres. Enquanto as mulheres eram responsáveis pelo cultivo agrícola, domesticação dos animais, aos homens cabia à caça (OLIVEIRA e SAMPAIO, 2002).

A decisão de participar do mercado de trabalho está ligada à oferta de trabalho. Ou seja, a participação feminina no mercado de trabalho vai depender das condições de mercado e da própria possibilidade da mulher em decidir se vai entrar ou não do mercado de trabalho. Sendo que a decisão da mulher entrar no mercado de trabalho não vai depender somente da sua própria situação, mas também dos outros membros da família (SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001).

Nesse sentido, Costa (2007) faz uso do modelo neoclássico de oferta de trabalho para explicar a decisão de o indivíduo participar ou não do mercado de trabalho. Este modelo nada mais é do que uma aplicação da teoria do consumidor na decisão do indivíduo de participar do mercado de trabalho. O autor ainda coloca que cada indivíduo possui um salário de reserva que representa o valor que ele está disposto a trabalhar. Com base no salário ofertado, na sua restrição orçamentária, e nas curvas de utilidade, o indivíduo decidirá se trabalhará e quantas horas trabalhará. Ainda de acordo com o autor, as variáveis educação, idade, estado conjugal, renda dos membros da família, presença de filhos pequenos, presença de parentes ou idosos na família, entre outras, também podem atuar como determinantes na decisão da mulher entrar ou não, no mercado de trabalho.

O nível de escolaridade é um dos principais fatores que determinam a participação da mulher no mercado de trabalho. Isso ocorre porque quanto maior o nível de escolaridade, maior será o custo de oportunidade em não trabalhar, já que quanto maior o nível de escolaridade, maior é o salário (SCORZAFAVE, 2001).

A idade é outro aspecto importante que pode influenciar na TPFT feminina no mercado de trabalho. Segundo Cabral e Castro (1988), as atividades femininas tendem a ser elevadas na faixa etária entre 18 a 24 anos, declinando até os 30 anos, e tornando a crescer novamente entre as faixas de 30 a 39 anos. Este declínio



na faixa etária entre 25 a 29 anos ocorre pelo fato de que nessa idade as mulheres costumam se afastar do mercado de trabalho para casar-se e ter filhos.

Outro aspecto relevante para o estudo da participação da força de trabalho feminino é a renda média da família, uma vez que muitas mulheres vêm no mercado de trabalho uma forma de melhorar as condições econômicas da família (CABRAL e CASTRO, 1988).

O estado conjugal também deve afetar na decisão da mesma em entrar na força de trabalho, uma vez que as mulheres que não são casadas contam com um provedor de renda a menos no domicílio, tendo assim um incentivo maior para entrar no mercado de trabalho. Assim, mostra-se uma relação negativa entre o estado de casada e a participação no mercado de trabalho (COSTA, 2007).

Costa (2007) argumenta ainda que há outros fatores além dos domiciliares e familiares que podem influenciar na oferta de trabalho feminina, como por exemplo, as barreiras culturais e econômicas que podem ser fundamentais na decisão de inserção da mulher no mercado de trabalho.

No Brasil, estudos sobre mercado de trabalho apontam um significativo crescimento da participação feminina, principalmente, após o processo de industrialização e de urbanização. Porém, foram necessárias muitas décadas para que a mulher começasse a ter expressão no mercado de trabalho (LOPES e PONTILI, 2007). De acordo com Hoffmann e Leone (2004), foi a partir da década de 1970 que se intensificou a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, persistindo nos anos de 1980, apesar da estagnação econômica. Nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente inserção da mulher na força de trabalho.

Em 1981 a maior taxa de atividade feminina era observada na faixa entre 20 a 24 anos, já em 1985 passou-se a abranger também as faixas etárias de 25 a 29, 30 a 34 e 35 a 39 anos. Em 1990, as maiores taxas de atividade são verificadas para as faixas etárias de 30 a 34 e de 35 a 39 anos. Entre 1990 e 1995, ocorreu um crescimento mais intenso da taxa de atividade na faixa de 40 a 44 anos. Entre 1995 e 2002, houve uma redução da taxa nas faixas abaixo de 20 anos (HOFFMANN e LEONE, 2004).



Entre os trabalhos que analisaram os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, destaca-se Soares e Izaki (2002), Sedlacek e Santos (1991) e Scorzafave e Menezes-Filho (2001). Ambos fizeram uso do modelo *probit*, e obtiveram resultados semelhantes. Estes trabalhos consideram que as mulheres têm maior probabilidade de trabalhar quanto maior for sua escolaridade, menor for o número de filhos, maior for a idade desses filhos e menor for a renda do marido.

Costa (2007) utiliza os modelos *probit*, *logit* e faz uma comparação entre os dois para explicar o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Em sua análise se considera as mulheres chefes e cônjuges, tipo de ocupação, duração da jornada de trabalho, nível de escolaridade, estado conjugal, renda não-laboral do indivíduo (renda domiciliar *per capita*), presença de filhos e oferta de creches.

No trabalho de Bruschini (2007), ressalta-se a importância do aumento da escolaridade, redução da fecundidade, posição na família, faixa etária, tipo de ocupação, bem como o crescimento do setor terciário, na maior inserção feminina no mercado de trabalho.

Segundo Costa (2007), outra importante linha de pesquisa é a que relaciona a participação feminina na força de trabalho com a distribuição de renda. Nessa linha se destacam os estudos de Hoffman e Leone (2004), Scorzafave (2001) e Barros e Mendonça (1989).

Até aqui foram abordados diversos trabalhos, visando explicar a participação da mulher na força de trabalho. O presente trabalho tem como objetivo corroborar e contribuir para essa literatura, e também verificar se houve um crescimento dessa participação nos anos de 1999 e 2009, demonstrando quais foram as mudanças ocorridas nos períodos de análise. Para isso, será utilizado o modelo *probit*, e foram selecionadas algumas variáveis visando verificar sua relevância ou não para tal explicação.

2 METODOLOGIA

A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), coletada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para as cinco macrorregiões brasileiras, nos anos de 1999 e 2009.



Este trabalho irá analisar as mulheres com idade entre 15 e 65 anos, e que sejam chefes, cônjuges ou filhas. Para a análise do tipo de inserção feminina no mercado de trabalho será considerado tanto a participação no mercado formal quanto no mercado não formal. Visto que o objetivo do trabalho é analisar a participação da mulher no mercado de trabalho, será base do estudo o modelo *probit*, mais utilizado em trabalhos sobre o tema. Onde a variável dependente é uma variável binária que assumirá valor um se a mulher participar do mercado de trabalho e zero se ela não participar.

Nesse modelo, y desempenhará o papel da variável dependente binária que assume valor 1 se a mulher participa da força de trabalho e 0 caso contrário. De acordo com o modelo, a probabilidade de um indivíduo participar da força de trabalho ($y = 1$) não é uma função linear das variáveis explicativas e sim uma função de distribuição normal acumulada das variáveis explicativas, representada pelo vetor x :

$$\text{Prob}(y = 1) = \Phi(\beta'x) \quad (1)$$

$$\text{Prob}(y = 0) = 1 - \Phi(\beta'x)$$

Onde Φ é a distribuição normal acumulada. Sendo que a soma das probabilidades é um, e o valor de cada probabilidade esta entre zero e um. Essa abordagem garante que o valor da probabilidade estimada seja sempre entre 0 e 1. Ao contrário da regressão linear, onde os parâmetros estimados já representam os efeitos marginais sobre a variável de interesse, no modelo probit é preciso realizar mais cálculos para se obter os efeitos marginais sobre a variável de interesse, que é a probabilidade da mulher participar da força de trabalho. O efeito marginal será obtido pela equação:

$$\frac{\partial \text{Prob}(y=1)}{\partial x} = \phi(\beta'x)\beta \quad (2)$$

ϕ

Onde ϕ é a função de densidade da distribuição normal. Já no caso das variáveis dicotômicas, que representaremos por x_k , o efeito marginal será dado por:

$$\text{Prob}(y = 1/x_k = 1) - \text{Prob}(y = 1/x_k = 0) \quad (3)$$

Neste caso, os valores das equações (2) e (3), dependem dos valores considerados para todas as variáveis independentes. Embora na literatura se considere os valores médios das variáveis independentes para se calcular os efeitos marginais, Costa (2007) considera que a forma mais adequada para se calcular os



efeitos marginais é computar separadamente os de cada indivíduo e depois se obtém a média dos efeitos marginais.

Como variáveis independentes serão consideradas características individuais e domiciliares que possam afetar na decisão da mesma em participar da força de trabalho. E como especificado, serão considerados, o nível de escolaridade, posição na família, as faixas etárias, a renda familiar *per capita* de cada indivíduo, o número de filhos separados por faixa etária, brancos ou não brancos e as macrorregiões brasileiras.

Com relação ao nível de escolaridade se utilizou variáveis binárias para quatro níveis de instrução: analfabeto para nenhum ano de estudo, nível fundamental (1 a 8 anos de estudo), nível médio (9 a 11 anos de estudos) e nível superior (12 ou mais anos de estudos). A variável omitida⁴ no modelo *probit*, será analfabeto, logo essa variável será o parâmetro para as comparações. Para análise do efeito da renda sobre oferta de trabalho feminina, foi considerada a renda domiciliar *per capita*.

As mulheres foram divididas em cinco grupos de faixa etária: a faixa1, faixa2, faixa3, faixa4 e faixa5. São consideradas da faixa1, todas as pessoas com idade igual 15 anos até 25 anos; na faixa2, pessoas de 26 a 35 anos; na faixa3, pessoas de 36 a 45 anos; na faixa4, pessoas de 46 a 55 anos e na faixa5, pessoas de 56 a 65 anos. A variável omitida pelo modelo foi a faixa5.

Para considerar o número de filhos na decisão da mulher participar ou não do mercado de trabalho, foram consideradas cinco faixas etárias: filhos de 0 a 3 anos, de 4 a 5 anos, de 6 a 8 anos, de 9 a 12 anos e de 13 a 14 anos.

Também foram incluídas no modelo algumas variáveis de controle, como as regiões e cor (branca). No caso das regiões, a variável omitida foi o centro-oeste.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar as variáveis escolhidas para se estimar o modelo *Probit* especificado, para os períodos de 1999 e 2009, em relação à participação da força de trabalho feminina (PFTF) verificam-se diferentes comportamentos quando

⁴ Quando no modelo *probit* temos variáveis *dummies* que somadas formam uma coluna de um's indica que elas são correlacionadas. Assim, para evitar a multicolinearidade o modelo suprime uma delas e nesse caso foi a variável analfabeto.



analisadas as estatísticas para o Brasil e suas macrorregiões. A Tabela 1 mostra o percentual da PFTF para o Brasil e suas macrorregiões no ano de 1999.

Foram analisadas 117.857 observações, das quais, aproximadamente 59% das entrevistadas afirmam participar da força de trabalho no Brasil. Se considera uma pessoa como participante do mercado de trabalho se na data da entrevista estava ocupada ou estava procurando trabalho. Analisando a tabela acima, verifica-se que nas macrorregiões Norte (56,15%), Sudeste (56,95%) e Nordeste (57,67%), apresentam uma menor participação na força de trabalho, ficando abaixo do indicador nacional. Enquanto as macrorregiões Sul (63,12%) e Centro-Oeste (59,08%), representam os maiores índices, sendo inclusive mais elevados que o indicador nacional.

TABELA 1 – Percentual de participação da força de trabalho feminina no Brasil e por Macrorregiões – 1999

	PFT
Brasil	58,34
Sul	63,12
Sudeste	56,95
Centro-Oeste	59,08
Norte	56,15
Nordeste	57,56

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da PNAD 1999.

Na Tabela 2 foram estimados o percentual de PFTF para o Brasil e macrorregiões no ano de 2009, para isso foram analisadas 136.803 observações, das quais aproximadamente 63% das mulheres entrevistadas participam do mercado de trabalho brasileiro. Sendo que os menores índices de representatividade se registram nas macrorregiões Nordeste (59,73%) e Norte (60,56%). Enquanto os maiores índices foram registrados nas macrorregiões Sudeste (64,70%), Centro-Oeste (64,99%) e Sul (67, 12%), ficando acima do indicador nacional, conforme mostra a tabela 2 a seguir.

Analisando as tabelas 1 e 2, verifica-se que houve um aumento na participação feminina no mercado de trabalho de 1999 para 2009. Esse aumento pode ser observado tanto no indicador do Brasil como no indicador suas macrorregiões, destacando-se a região Sul. Esse resultado pode ser explicado pelo



fato de que na região Sul as mulheres apresentam um maior nível de escolaridade, o que aumenta o custo de oportunidade das mulheres daquela região.

TABELA 2 – Percentual de participação da força de trabalho feminina no Brasil e por Macrorregiões – 2009

	PFT
Brasil	63,12
Sul	67,70
Sudeste	64,79
Centro-Oeste	64,99
Norte	60,56
Nordeste	59,73

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da PNAD 2009.

A Tabela 3 mostra o percentual de participação feminina no mercado de trabalho de acordo com a posição da mulher na família e pelo nível de escolaridade. Pode-se destacar que as mulheres chefes de família participam mais do mercado de trabalho do que as filhas, que participam mais do que as cônjuges. E mais uma vez a região Sul apresenta maior participação em relação às demais regiões. Esse resultado era esperado uma vez que as mulheres chefes são responsáveis pelo sustento da família.

O maior percentual de participação se encontra nos níveis de escolaridade mais elevados, como o superior (79,23%) e médio (65,88%). Verifica-se ainda que a maior participação encontra-se nas regiões Norte (80,80%), Nordeste (80,33%) e Sul (80,21%). Já as menores taxas de participação são verificadas entre os analfabetos, destacando-se a região Sul (42,95%) com menor percentual de participação. Esse resultado também era esperado, pois como já comentado a elevada escolaridade representa elevado custo de oportunidade que impulsiona as mulheres para a participação no mercado de trabalho.



TABELA 3 – Percentual de participação feminina na força de trabalho no Brasil e por Macrorregiões por posição da família e por nível de escolaridade – 1999

	Brasil	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Norte
Posição na família						
Chefe	68,07	71,73	67,13	70,08	70,93	65,79
Cônjuge	55,64	61,2	53,46	55,39	52,62	55,66
Filho	58,55	63,58	57	59,09	56,24	57,88
Nível de escolaridade						
Analfabeto	48,47	42,95	43,59	43,74	44,64	53,37
Fundamental	53,49	60,35	51	55,27	50,23	52,5
Médio	65,88	67,04	64,84	65,74	65,26	66,74
Superior	79,23	80,33	78,39	77,7	80,8	80,21

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da PNAD 1999.

Na Tabela 4, percebe-se uma mudança da liderança para a região Centro-Oeste, no entanto os percentuais não são significativamente diferentes dos de 1999 para as mulheres chefes de família. No entanto, a participação das mulheres cônjuges aumentou de forma significativa, indicando uma tendência de mudança no perfil dos casais: cada vez mais mulher assume papel de importância dentro do casal. Com relação à participação por nível de escolaridade, mais uma vez se destaca a relação positiva entre escolaridade e participação no mercado de trabalho.

TABELA 4 – Percentual de participação feminina na força de trabalho no Brasil e por Macrorregiões por posição da família e por nível de escolaridade – 2009

	Brasil	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste
Posição na família						
Chefe	69,58	71,36	69,88	72,07	71,08	66,89
Cônjuge	61,2	66,72	62,5	62,63	57,8	57,95
Filho	63,83	70,07	66,56	65,91	59,69	60,22
Nível de escolaridade						
Analfabeto	45,46	41,47	46,14	44,16	46,25	45,94
Fundamental	54,7	60,12	55,47	57,1	51,74	51,76
Médio	68,69	72,48	70,18	68,4	65,86	66,85
Superior	81,49	82,52	80,66	81,25	82,82	81,38

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da PNAD 2009.



Outro fator determinante para a participação feminina no mercado de trabalho é a presença de filhos, assim como a quantidades de filhos e a idade dos mesmos. Segundo Costa (2007), quanto menor for o número de filhos, e maior for a idade desses filhos maior será a propensão da mulher participar da força de trabalho.

Com base nos dados analisados pela PNAD de 1999, verifica-se que quanto maior o número de filhos, menor a participação das mulheres no mercado de trabalho, com exceção da região Centro-Oeste, onde quanto maior o número de filhos, maior é a participação. Já em 2009, em todas as macrorregiões brasileiras, quanto maior for número de filhos menor a participação.

TABELA 5– Estatísticas descritivas brasileiras em percentual para as mulheres que participam da força de trabalho – 1999

	Média	Desvio Padrão
Posição na família		
Filho	21,43	41,03
Chefe	22,52	41,77
Cônjuge	50,24	50
Outros parentes	3,56	18,52
Agregado	0,48	6,89
Pensionista	0,21	4,56
Empregada domestica	1,56	12,41
Cor/Raça		
Branca	52,74	49,93
Preta	5,82	23,41
Amarela	0,39	6,22
Parda	40,84	49,15
Indígena	0,20	4,43
Nível de escolaridade		
Analfabeto (0 anos estudo)	9,15	28,83
Fundamental (1-8 anos estudo)	50,74	49,99
Médio (9-11 anos estudo)	27,57	44,69
Superior (12 ou mais anos estudo)	12,54	33,11
Horas trabalhadas		
14 horas trabalhadas	9	28,62
15 a 39 horas trabalhadas	27,18	44,49
40 a 44horas trabalhadas	25,59	43,63
45 a 48 horas trabalhadas	11,09	31,4
49 horas trabalhadas	14,14	34,84

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da PNAD 1999.



A Tabela 5 mostra que das mulheres que participam do mercado de trabalho, aproximadamente 50% são cônjuges, seguida por chefes com 22,52% e pelas filhas com 21,43%. Também se verifica que a maior parte das entrevistadas são brancas e pardas, com um percentual de 52,74% e 40,84% respectivamente. A maioria das mulheres que compõem a força de trabalho tem escolaridade de ensino fundamental e médio, com carga horária semanal entre 15 e 44 horas semanais.

TABELA 6– Estatísticas descritivas brasileiras em percentual para as mulheres que participam da força de trabalho – 2009

	Média	Desvio- Padrão
Posição na Família		
Filho	18,96	39,2
Chefe	30,23	45,93
Cônjuge	45,61	49,81
Outros parentes	4,08	19,79
Agregado	0,44	6,61
Pensionista	0,2	4,52
Empregada domestica	0,47	6,86
Cor/Raça		
Branca	46,07	49,84
Preta	8,18	27,41
Amarela	0,36	5,96
Parda	45,12	49,76
Indígena	0,274	5,19
Nível de escolaridade		
Analfabeto (0 anos estudo)	5,36	22,53
Fundamental (1-8 anos estudo)	36,05	48,02
Médio (9-11 anos estudo)	38,62	48,69
Superior (12 ou mais anos estudo)	19,96	39,97
Horas trabalhadas		
14 horas trabalhadas	7,68	26,63
15 a 39 horas trabalhadas	27,29	44,54
40 a 44horas trabalhadas	32,74	46,93
45 a 48 horas trabalhadas	9,57	29,42
49 horas trabalhadas	11,07	31,37

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da PNAD 2009.



Analisando a Tabela 6, percebe-se que de 1999 para 2009 houve uma redução das mulheres cônjuges, caindo de 50,24% para 45,61%. Nesse ano verifica-se um aumento significativo na participação das mulheres chefes, que passaram a representar aproximadamente 30% do total de mulheres entrevistadas. Com relação à raça, houve um aumento da participação de mulheres pardas e redução da participação das brancas, no entanto, o total entre brancas e pardas não mudou muito, ficando em torno de 91%. A maior participação ainda se encontra entre as mulheres que tem ensino fundamental e médio, mas percebe-se que tem aumentado a participação de mulheres com nível superior, reforçando uma tendência de maior crescimento da qualificação feminina.

A Tabela 7 mostra o resultado do efeito marginal de cada variável explicativa originado do modelo *probit* para identificar os fatores que mais influenciam a participação da mulher no mercado de trabalho, referente ao ano de 1999. A coluna Dy/Dx representa o efeito marginal de cada variável explicativa para a decisão da mulher participar ou não do mercado de trabalho.

Analisando os resultados verifica-se que a maioria das variáveis são significativas a 1%. Observa-se também que o nível de escolaridade tem uma forte influência na decisão da mulher em participar da força de trabalho, uma vez que quanto maior o nível de escolaridade, maior é a probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho. Analisando exclusivamente o efeito escolaridade, vê-se que as mulheres com ensino fundamental têm 2,7% a mais de probabilidade de participar do mercado de trabalho do que as analfabetas, enquanto as com ensino fundamental tem aproximadamente 14,75% a mais de chance de participar do mercado de trabalho, e mulheres com ensino superior tem aproximadamente 30% a mais de probabilidade de estar no mercado de trabalho. Importante enfatizar que essas probabilidades são sempre em relação às analfabetas que foram omitidas para evitar a multicolinearidade. Observe que esse resultado está de acordo com a análise

Outra determinante que mostrou-se relevante para entrada da mulher na força de trabalho foi o número de filhos no domicílio. Verificou-se um efeito negativo maior sobre a força de trabalho, entre as mulheres com filhos de menor idade, principalmente entre os filhos com idade entre 0-3 anos, 4-5 anos e 6-8 anos sendo que os filhos com idade entre 4 e 8 anos mostraram-se insignificantes.



Quanto à renda domiciliar *per capita*, observou-se uma relação negativa com a probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho. Esse resultado indica que controlando para todos os outros efeitos, quanto maior a renda domiciliar *per capita*, menor é a probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho. Importante enfatizar que embora seja estatisticamente significativa a 1%, o impacto dessa variável na decisão de participar no mercado de trabalho é bem pequeno.

Tabela 7 – Contribuição Marginal das variáveis explicativa segundo o Modelo *Probit* - 1999

	Dy/dx	P> z
Nível de escolaridade:		
Fundamental	.0270143	0.000
Medio	.1475975	0.000
Superior	.3002217	0.000
Renda domiciliar <i>per capita</i>	-5.04e-06	0.000
Branca	-	0.000
Faixas	.0315865	0.000
Faixa 1	.1622988	0.000
Faixa2	.3040423	0.000
Faixa3	.3068901	0.000
Faixa4	.203796	0.000
Número de Filhos:	-	0.000
Nfilhos(0-3)	.0235884	0.000
Nfilhos(4-5)	-	0.547
Nfilhos(6-8)	.0017569	0.398
Nfilhos(9-12)	-	0.017
Nfilhos (13-13)	.00443	0.000
Chefe	.0103155	0.000
Filho	.0489168	0.000
Conjuge	-	0.000
Regiões:	.1039552	0.000
Sul	.0524148	0.000
Sudeste	-	0.001
Norte	.0168773	0.000
Nordeste	-	0.101
	.0333593	
	.0081311	

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD1999.



Em relação a variável cor, embora tenham sido analisada as estatísticas de todas as denominações da PNAD, no modelo foi incluído apenas a variável branca. Os resultados indicam uma menor propensão a trabalhar das mulheres brancas, ou seja, o fato da mulher se declarar branca reduz a probabilidade em participar do mercado de trabalho.

Já as faixas etárias apresentam um efeito positivo sobre a participação. As mulheres que se encontram nas faixas etárias 2 (de 26 a 35 anos) e 3 (de 36 a 45 anos) apresentam uma maior propensão a participar da força de trabalho, cerca de 60%. A base de comparação foi a faixa 5 omitida no modelo.

Em relação à posição na família, percebe-se que as mulheres chefes têm uma maior probabilidade de entrar no mercado de trabalho do que as cônjuges e as filhas. Como era esperado, verificou-se uma menor probabilidade de participação entre as cônjuges.

E por fim, analisando o impacto da região sobre a decisão de participar no mercado de trabalho, verifica-se que apenas os resultados para a região Nordeste não são estatisticamente significante a 10%. Lembre-se que a região Centro-Oeste foi omitida, de modo que os sinais são em relação à participação dessa região. As mulheres das regiões Sul e Sudeste apresentam maior probabilidade em participar do mercado de trabalho, enquanto as mulheres da região Norte apresentam menor probabilidade.

A Tabela 8 mostra os resultados estimados para o ano de 2009. Assim como em 1999, verifica-se que a educação tem um importante efeito positivo sobre a PFTF. O número de filhos continuou sendo uma variável significativa, apresentando um maior efeito negativo na probabilidade de participar entre as mulheres que tem filhos com idade de 0 a 3 filhos. Ou seja, as mulheres com filhos menores de 3 anos tem 57,92% de chances a menos de participar do mercado de trabalho.

Quanto a renda domiciliar *per capita* em 2009, embora o sinal tenha se tornado positivo, ainda continuou sendo irrelevante para a participação das mesma no mercado de trabalho, uma vez que o valor marginal deu muito baixo.



Tabela 8 – Contribuição Marginal das variáveis explicativa segundo o Modelo *Probit* - 2009

	Dy/Dx	P> z
Nível de escolaridade:		
Fundamental	.0504379	0.000
Medio	.1758254	0.000
Superior	.3014086	0.000
Renda Domiciliar <i>per capita</i>		
Branca	-.041105	0.000
Faixas:		
Faixa1	.1703567	0.000
Faixa2	.3224813	0.000
Faixa3	.3071578	0.000
Faixa4	.2095293	0.000
Número de Filhos:		
Nfilhos (0-3)	-.0579268	0.000
Nfilhos (4-5)	-.0101767	0.011
Nfilhos (6-8)	-.0194649	0.000
Nfilhos (9-12)	-.010072	0.000
Nfilhos (13-14)	.0053048	0.134
Chefe	.106836	0.000
Filho	-.0454424	0.000
Conjuge	.0151507	0.010
Regiões:		
sul	.0531697	0.000
sudeste	.0146303	0.001
norte	-.0255679	0.000
nordeste	.0239736	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da PNAD 2009.

As mulheres brancas também apresentaram uma menor propensão de participar em relação às não brancas, representando 41,10 % a menos de participar do que as não brancas. Quanto à participação das mulheres chefes, filhas e cônjuges, percebe-se que em 2009 houve um aumento na probabilidade das mulheres cônjuges participarem. Em relação às regiões, com exceção da região norte, que apresentou uma relação negativa, as demais regiões apontaram uma maior propensão de a mulher entrar na força de trabalho.

Analisando os resultados do modelo *probit* para 1999 e 2009, percebe-se que a educação e o número de filhos têm forte influência na decisão feminina de entrar no mercado de trabalho. A educação influencia de forma positiva e o número de



filhos, bem como a idade desses filhos, por sua vez, tendem a influenciar de forma negativa a sua entrada na força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres sempre sofreram discriminação no mercado de trabalho, desde a antiguidade a mesma já era considerada inferior ao homem. Mas uma série de acontecimentos históricos colaborou para que essa situação fosse alterada, tais com a revolução industrial, a globalização, e o próprio capitalismo que trouxeram consigo uma série de transformações. Por muitos anos, os direitos e as condições de trabalho das mulheres foram violadas, as mesmas trabalhavam sob condições precárias e em cargos de baixa remuneração.

Apesar dos inúmeros obstáculos e lutas que as mulheres enfrentaram ao longo do tempo, elas conseguiram alcançar o seu espaço no mercado de trabalho, ocupando cargos importantes, e bem remunerados, No Brasil esse aumento da participação feminina na força de trabalho verificou-se principalmente a partir da década de 1970. Essa tendência crescente da inserção da mulher na força de trabalho perdura até os dias de hoje.

Fatores como o aumento da escolaridade, redução da taxa de fecundidade, bem como menor a quantidade de filhos e maior a idade desses filhos, auxílio de creches e escolas, e menor a renda do marido tendem a influenciar em uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Tendo em vista, a crescente participação da PFT feminina no Brasil, o objetivo principal deste trabalho foi verificar se as variáveis escolaridade, posição na família, raça ou cor, renda, presença de filhos, ou de esposo influenciam na decisão da mesma entrar ou não na força de trabalho.

Com a estimação do modelo *probit*, verificou-se que as variáveis que mais influenciam na participação da mulher no mercado de trabalho são a educação e o número de filhos. Sendo que o nível de escolaridade tende a influenciar de forma positiva e o número de filhos de forma negativa. Isso significa que quanto maior for o nível de escolaridade maior será a participação feminina no mercado de trabalho, que está de acordo com o resultado esperado. Por outro lado, quanto maior for o número de filhos e menor for a idade dos mesmos, menor será a probabilidade da mesma ingressar no mercado de trabalho, resultado também esperado.



Enfim, com esse trabalho pode-se concluir que a participação feminina na força de trabalho no Brasil, entre 1999 e 2009 cresceu de forma tímida e os fatores mais importantes nos dois anos analisados praticamente são os mesmo. Importante ressaltar que não se pretende com esse trabalho encerrar a discussão sobre o assunto, pelo contrário, apenas se busca contribuir para as pesquisas na área. Como trabalho futuro, pretende-se aprimorar o modelo econométrico e analisar se haverá mudanças nos resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, D. B. D. A. **Diferencias de rendimentos e discriminação por sexo no mercado de trabalho brasileiro na década de 90.** In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000: ABEP. Anais, 2002.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Família e distribuição de renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômica, v.19, n.3, p. 483 – 504, 1989 (Texto para discussão n.164).

BRUSCCHINI, M.C.A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** São Paulo e Rio de Janeiro: Caderno de Pesquisa, v.37, n.137, p 537-572, São Paulo, 2007.

CABRAL, H.M.; CASTRO, M.C. **Evolução da força de trabalho feminina e suas implicações na Previdência Social.** Revista Brasileira de Estatísticas, v. 01, A. 22, p.591-636, 1988.

COSTA, J.S. M. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.** Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita*: 1981-2002.** Nova Economia, 14 (2), p. 35-58, Belo Horizonte, maio-agosto de 2004.

LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. **Contribuição dos rendimentos da mulher, alocada no mercado de trabalho agrícola, para renda familiar: um comparativo das PNAD's de 1997 e 2004.** In: XLV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, junho 2007.

OLIVEIRA, D.; SAMPAIO, S. **Mercado de trabalho industrial e a questão do “gênero”: uma análise do trabalho feminino em indústrias de Rio Claro, São Paulo.** Rio de Janeiro: Revista de Geografia, v.2, 2002.



PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto Catarinense de Pós Graduação – ICPG. 2003. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf> Acesso em 25/05/2012.

SCORZAFAVE, L. G. D. S. **A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.** Dissertação de Mestrado (em Economia), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SCORZAFAVE, L. G. D. S.; MENEZES, N. A. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes.** Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, v.31, n.3, p. 441-478, 2001.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, v.21, n.3, p. 449-470, 1991 (Texto para discussão n.209).

SOARES, S.; ISAKI, R. S. **A participação feminina no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para discussão n.923).

